

RC Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e diretores da

RC Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RC Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 11 de dezembro de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras . Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 07 de maio de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

RC Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	2.645	5
Dividendos a receber	5	6.846	5.678
Impostos e contribuições a recuperar	5	3.904	2.947
Total do ativo circulante		13.395	8.630
Não circulante			
Outras contas a receber – partes relacionadas	9	27.535	-
Outras contas a receber		630	630
		28.167	630
Investimentos e intangíveis	6	141.459	123.537
		141.459	123.537
Total do ativo não circulante		169.626	124.167
Total do ativo		183.019	132.797
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		6	-
Impostos e contribuições a recolher	7	1.649	150
Empréstimos - partes relacionadas		-	33
Dividendos a pagar	8	10.325	5.534
Outras contas a pagar		-	3
Total do passivo circulante		11.980	5.720
Não circulante			
Outras contas a pagar	9	28.380	-
Impostos e contribuições a recolher	7	-	102
Total do passivo não circulante		28.380	102
Patrimônio líquido	10		
Capital social		82.551	82.154
Reservas de lucros		60.134	44.751
Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo investida		(26)	70
Total do patrimônio líquido		142.659	126.975
Total do passivo e do patrimônio líquido		183.019	132.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(266)	(105)
Outras despesas operacionais, líquidas	11	(288)	(288)
Participação no lucro de investida	6	20.696	20.931
Lucro operacional		20.142	20.538
Receitas financeiras	12	712	197
Despesas financeiras	12	(207)	(153)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		20.647	20.582
Imposto de renda e contribuição social corrente		(472)	-
		(472)	-
Lucro líquido do exercício		20.175	20.582
Média ponderada de ações no exercício - em milhares	10	83.000	83.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,24	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.175	20.582
Outros componentes do resultado abrangente:		
Participação no resultado abrangente da investida	<u>(96)</u>	<u>(192)</u>
Total do resultado abrangente	<u>20.079</u>	<u>20.390</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros							
	Capital social	Capital social (a integralizar)	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Reserva para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo investida	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	83.000	(1.208)	81.792	1.991	27.162	262	-	111.207
Integralização do capital	-	362	362	-	-	-	-	362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.582	20.582
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal				1.050			(1.050)	
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	(96)	-	(4.888)	(4.984)
Efeito reflexo de investida	-	-	-	-	-	(192)	-	(192)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	15.694	-	(15.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.000	(846)	82.154	3.041	41.710	70	-	126.975
Integralização do capital	-	397	397	-	-	-	-	397
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.175	20.175
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.009	-	-	(1.009)	-
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	-	(4.792)	(4.792)
Efeito reflexo de investida	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	14.375	-	(14.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.000	(449)	82.551	4.050	56.085	(26)	-	142.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		<u>20.175</u>	<u>20.582</u>
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial		(20.696)	(20.931)
Provisões		633	-
Amortização de intangível		288	288
Variações nas contas patrimoniais			
Impostos a recuperar		(957)	186
Dividendos a receber		(1.168)	-
Impostos a recolher		1.499	(529)
Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>(1)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(225)</u>	<u>(406)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de participação	9	28.380	-
Juros recebidos pela venda de participação	9	<u>1.759</u>	<u>-</u>
Empréstimos recebidos de partes relacionadas		<u>(135)</u>	<u>33</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>30.004</u>	<u>33</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento pela venda de participação societária	9	(27.535)	-
Integralização de capital		<u>397</u>	<u>362</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(27.138)</u>	<u>362</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.640</u>	<u>(11)</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		5	16
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>2.645</u>	<u>5</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>2.640</u>	<u>(11)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 Contexto operacional

A RC Participações S.A. (“Companhia”) é uma *holding* de instituição financeira, que em seu Estatuto Social tem como objeto social única e exclusivamente a participação acionária em instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RC Participações S.A. é formada pelos sócios quotista Ruasinvest Participações S.A. e VT Cunha Participações Ltda. No entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre e os sócios/quotistas, independente do percentual de participação.

A RC Participações atualmente possui como único investimento no Banco Luso Brasileiro S.A., onde detém 49,23% de quotas de participação (em 2022 – 49,23%), sendo o Banco Luso uma instituição financeira especializada na concessão de diferentes tipos de crédito e na prestação de serviços para Companhias de médio e grande porte, especificamente no setor de transportes coletivos.

2 Políticas contábeis materiais

Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração.

A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

ii) Imposto mínimo complementar global

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras.

iii) Informação de políticas contábeis materiais

a Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 2 Políticas contábeis materiais (2022: Resumo das principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas em determinados casos.

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 07 de maio de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2 Moeda estrangeira

2.2.2.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 11- Instrumentos Financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4 *Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os valores recebidos de juros sobre capital próprio das investidas são reconhecidos na rubrica dividendos e juros sobre capital próprio a receber em contra-partida a receita financeira. O valor correspondente ao IR fonte de 15% retido pela investida, é informado em Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF) e são registrados na rubrica de impostos a recuperar. As receitas financeiras de juros sobre capital próprio são tributadas no regime não cumulativo para fins de apuração de pis e de cofins, com alíquotas de 1,65% e 7,65%, respectivamente. As receitas financeiras estão apresentadas líquidas dos impostos Pis e Cofins.

2.2.5 Partes relacionadas

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

2.2.6 Ativos circulantes e não circulantes

Investimentos

O investimento na coligada onde a Companhia possui influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligada e representa o excesso da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da coligada, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Relacionado ao Mercado

- Propriedade Intelectual - Marca

Relacionado a Cliente

- Carteira de Clientes
- Contratos Consignados

Amortização

Marca - considerando a relevância do Banco Luso no mercado e seus vários anos de existência, foi utilizada vida útil de 20 anos remanescente para a Marca, conforme expectativa da Administração. Este é um período considerado razoável para que a transferência de atributos da marca adquirida para a marca adquirente seja realizada adequadamente, e minimize a eventual fuga de clientes para a concorrência, e mesmo para o reposicionamento do negócio, sendo este período aplicado para a avaliação da marca do Banco Luso.

Carteira de cliente - o Índice de Perda de Clientes (i.e. churn rate) utilizado foi de 6,0% a.a., reduzindo o total da carteira linearmente por um período de 16 anos e 8 meses, que é consistente com a vida média informada para o relacionamento com clientes dos produtos do Banco Luso.

Contratos consignados - foi utilizada churn rate de 19,6% baseada no prazo médio de empréstimos consignados para funcionários públicos, publicado pelo BACEN para a data-base. Adicionalmente, foi considerada taxa de renovação de empréstimos consignados de 40% até o prazo de vencimento dos contratos. Em 2020 o ativo foi totalmente amortizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

2.2.7 *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa .

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um

passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

É caixa ou equivalente de caixa.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.

Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.

A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas dos imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

c. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui contratos sujeitos a *covenants*, sendo assim não espera impactos sobre a adoção deste tema.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com

início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não espera que ocorra impactos, visto que não há operações de risco sacado.

c) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4 Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata – parte relacionada (i)	2.645	5
	<u>2.645</u>	<u>5</u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas no Banco Luso Brasileiro S.A., onde a taxa média é de 115% do CDI para os exercícios de 2023 e 2022, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

5 Dividendos a receber

Os dividendos a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão representados por juros sobre capital próprio que são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

a. Composição

	2023	2022
Juros sobre capital próprio a receber	6.846	5.678
	<u>6.846</u>	<u>5.678</u>
Impostos incidentes:		
Impostos de renda retido na fonte a recuperar	1.208	1.002
	<u>1.208</u>	<u>1.002</u>
Total juros sobre capital próprio e imposto de renda retido na fonte	<u>8.054</u>	<u>6.680</u>

b. Movimentação dos saldos

	JSCP	IRRF	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	3.492	2.130	5.622
Aumento de capital na investida com JSCP	(3.492)	-	(3.492)
Juros sobre capital próprio de 2022	5.678	-	5.678
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2022	-	1.002	1.002
Utilização de IRRF a recuperar	-	(185)	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.678	2.947	8.625
Aumento de capital na investida com JSCP	(5.678)	-	(5.678)
Juros sobre capital próprio de 2023	6.846	-	6.846
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2023	-	1.208	1.208
Utilização de IRRF a recuperar	-	(251)	(251)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.846	3.904	10.750

No exercício de 2023, a investida Banco Luso Brasileiro S.A. declarou em seu balanço o valor de JSCP (Juros sobre Capital Próprio) no montante de R\$16.360 (2022 - R\$13.570). Consequentemente, a Companhia registrou o valor de R\$8.054 (2022 - R\$6.680) referente à participação acionária de 49,23%.

6 Investimentos

	2023	2022
Banco Luso Brasileiro S.A.	132.502	114.291
Ágio - Banco Luso S.A.	7.283	7.283
Intangíveis	1.674	1.963
	<u>141.459</u>	<u>123.537</u>

a. Composição

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Banco Luso Brasileiro S.A.	<u>132.502</u>	<u>114.291</u>	<u>7.283</u>	<u>7.283</u>	<u>139.785</u>	<u>121.574</u>
	<u>132.502</u>	<u>114.291</u>	<u>7.283</u>	<u>7.283</u>	<u>139.785</u>	<u>121.574</u>

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Banco Luso Brasileiro S.A.	<u>114.291</u>	<u>96.741</u>	<u>7.283</u>	<u>7.283</u>	<u>121.574</u>	<u>104.024</u>
	<u>114.291</u>	<u>96.741</u>	<u>7.283</u>	<u>7.283</u>	<u>121.574</u>	<u>104.024</u>

O investimento no Banco Luso Brasileiro S.A. refere-se a 6.845.537 ações subscritas (6.521.493 em 2022), que correspondem a 49,23% de participação no patrimônio líquido do Banco Luso Brasileiro S.A, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. Movimentação dos investimentos

	2023	2022
Investida: Banco Luso Brasileiro S.A.		
Em 1º de janeiro	114.291	96.741
Equivalência patrimonial	20.696	20.931
Distribuição de JSCP	(8.054)	(6.680)
Aumento de capital mediante integralização de JSCP	5.678	3.492
Ajuste de avaliação patrimonial – reflexo investida	(109)	(192)
	<u>132.502</u>	<u>114.291</u>
Em 31 de dezembro		

O resultado de equivalência patrimonial reconhecido na demonstração do resultado do exercício contém também a parcela relacionada ao juros sobre capital próprio que foi reconhecida em rubrica específica no balanço patrimonial.

c. Informações relevantes da Companhia investida

	2023	2022
Total do ativo	3.152.450	2.395.114
Total do passivo	2.883.301	2.162.957
Patrimônio líquido	269.149	232.157
Resultado do exercício	22.816	38.801

A estrutura acionária da Companhia investida em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 estavam distribuídas em RC Participações S.A. 49,2302%, Amorim Aliança BV 49,2302% e Lusopar 1,5396%.

d. Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Conforme mencionado na Nota 2.2.6 a Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos não financeiros de vida útil indefinida, o qual está substancialmente representado pelo ágio de expectativa de resultados futuros provenientes de combinação de negócios na aquisição da participação societária na coligada Banco Luso Brasileiro S.A..

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), identificada de acordo com o segmento operacional, que nesse caso é representando pelo próprio Banco Luso Brasileiro S.A. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas de acordo com os planos da administração e levados a perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atual.

Principais premissas utilizadas:

As projeções financeiras foram elaboradas em Reais e em termos nominais, ou seja, sem considerar a inflação;

A avaliação desse ativo intangível foi baseada em projeções de receita da coligada Banco Luso Brasileiro S.A. com base no portfólio de produtos financeiros, elaboradas de acordo com as premissas do modelo de avaliação econômico-financeiro da coligada;

As despesas com imposto de renda e contribuição social foram aplicadas e projetadas com base na legislação tributária atual e alíquota aplicável de 34%.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida.

e. Intangíveis

	(Anos)	2023	2022
Amortizações dos intangíveis			
Relacionado ao mercado:			
Propriedade intelectual - marca	20	1.940	1.940
Relacionados a clientes:			
Carteira de clientes	16	3.123	3.123
Contratos consignados	8	2.128	2.128
 (-) Amortização acumulada		<u>(5.517)</u>	<u>(5.228)</u>
		<u>1.674</u>	<u>1.963</u>

f. Propriedade intelectual - marca

O Banco Luso vem atuando há vários anos, tendo sua marca reconhecida na oferta de produtos de carteira comercial, crédito imobiliário, crédito rural e cartão de crédito. A partir de 2011, com a busca de novos acionistas, houve o reposicionamento estratégico do Banco Luso, com o foco passando a ser o setor de transporte público.

Toda a receita é auferida via Marca Banco Luso, não existindo marcas secundárias. Não há expectativas por parte dos novos acionistas de descontinuar a Marca, embora um processo de reposicionamento geral da marca venha sendo implementado.

Consideramos que a Marca Banco Luso, por meio de seu posicionamento estratégico, de característica do mercado e do reconhecimento pelos consumidores, gera benefícios econômicos futuros para o negócio.

g. Relacionados à carteira de clientes

O valor deste relacionamento baseia-se na expectativa de rentabilidade que o relacionamento adquirido por cliente/contrato deve gerar ao Banco Luso. Esta rentabilidade é resultado da recorrência esperada na contratação por estes clientes de produtos do Banco. Esta carteira de clientes adquirida deve obrigatoriamente sofrer redução ("run off") com base no histórico de perda de clientes, determinando sua vida útil e os benefícios que tal grupo de clientes gerará pelo prazo de vida útil remanescente.

Considerando os aspectos acima mencionados, o relacionamento com clientes do Banco Luso apresenta um médio nível de importância para seus compradores potenciais. Os fatores determinantes para a manutenção dos relacionamentos são: oferta, demanda, qualidade e competição.

h. Relacionados a Contratos Consignados

O Banco Luso atua na concessão de empréstimos consignados a funcionários públicos de prefeituras do Estado de São Paulo, de Companhias públicas municipais, funcionários da Petrobrás, Marinha, e funcionários associados ao sistema SIAPE.

As receitas consideradas para esta carteira foram relativas a empréstimos já existentes e renovações ou recorrências de empréstimos dentro destes contratos entre o Banco Luso e as instituições públicas.

A receita do Banco Luso é composta pelos resultados de intermediação financeira nas operações de crédito com os funcionários públicos, segundo a Administração.

As projeções do Resultado de Intermediação Financeira foram baseadas em informações contratuais, projeções econômicas de analistas de mercado, assim como em dados históricos obtidos do Banco Luso e discutidos com a Administração.

Em Setembro de 2020 os ativos relacionados a *Contratos Consignados* foram total amortizados.

7 Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
PIS - Programa de Integração Social	133	1
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	614	1
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins	801	148
IRPJ e CSLL a pagar	101	-
	1.649	150
Passivo não circulante		
Parcelamento de tributos federais - PIS e Cofins	-	102
	1.649	252

8 Dividendos a pagar

	2023	2022
Dividendos a pagar	10.325	5.534
	10.325	5.534

a. Remuneração da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma controlada do Grupo RuasInvest, sendo que seus administradores são remunerados por outras Empresas do Grupo Econômico.

9 Outras contas a pagar e a receber

Durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,41% de participação no Banco Luso do Brasil S.A., os quais correspondem a 33,33% de participação no capital social da RC Participações, pertencentes à sócia VT Cunha Participações Ltda.. “vendedor”.

O contrato de compra e venda das cotas foi assinado em 20 de outubro de 2023, onde as partes envolvidas realizaram a transação financeira por meio de adiantamentos correspondentes a 50% das ações, representadas por 16,67% do capital social da RC, sendo:

- recebimento via adiantamento no montante de R\$ 28.380 da parte interessada “comprador” correspondente às parcelas 1 e 2 negociadas, registrados na rubrica outras contas a pagar;
- repasse do recurso para o “vendedor”, mediante antecipação no montante de R\$ 27.535. Respectivo valor está registrado na rubrica de outras contas a receber apresentados líquido dos valores estimados correspondente ao ganho de capital sobre a transação.

A eficácia da transação está sujeita à Condições Suspensivas, determinantes se e quando aprovadas pelo órgão regulador BACEN – Banco Central do Brasil, e não há vencimento e/ou expectativa de prazo para aprovação. As transações dos adiantamentos a receber e a pagar estão vinculadas, e foram apresentadas no ativo não circulante e passivo não circulante, pois não possuem vencimentos. Caso a transação seja aprovada, impactos materiais serão refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso a transação não seja aprovada pelo BACEN, a vendedora devolverá à compradora o preço de aquisição e a vendedora retornará à sua condição de acionista detentora de 33,33% das ações representativas do capital social da RC, conforme estabelecidos nos termos do respectivo contrato.

Os efeitos caixa das transações são conforme segue:

	2023
Valores recebidos referente a 50% do principal da parte interessada “compradora”	28.380
Atualização monetária referente ao contrato de compra e venda	1.759
Valores repassados ao “vendedor” via adiantamento	(27.535)

10 Patrimônio líquido

a. Capital social - subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações e o capital social subscrito estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	2023			2022		
	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
Ruasinvest Participações S.A.	55.338.946	55.339	66,67%	55.338.946	55.339	66,67%
VT Cunha Participações Ltda.	27.661.054	27.661	33,33%	27.661.054	27.661	33,33%
	<u>83.000.000</u>	<u>83.000</u>	<u>100%</u>	<u>83.000.000</u>	<u>83.000</u>	<u>100%</u>

b. Capital social - integralizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações e o capital social subscrito e integralizados entre os acionistas conforme abaixo:

	2023			2022		
	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital – R\$	Participação em %
Acionistas						
Ruasinvest	55.105.983	55.106	66,75%	54.841.410	54.841	66,75%
VT Cunha Participações. Ltda.	27.444.665	27.445	33,25%	27.312.398	27.312	33,25%
	82.550.648	82.551	100%	82.153.808	82.154	100%

c. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e. Aumento de capital

Os acionistas integralizaram o capital mediante depósito em conta corrente em 2023 no valor de R\$397, e em 2022 no valor de R\$362.

f. Dividendos

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.175	20.582
Constituição da reserva legal (5%)	(1.009)	(1.050)
Base de cálculo dos dividendos	19.166	19.552
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.792	4.888
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

g. Destinação de resultado

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercícios, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO.

11 Despesas operacionais

	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	(266)	(105)
Amortização de intangível	<u>(288)</u>	<u>(288)</u>
	<u>(554)</u>	<u>(393)</u>

A Companhia possui despesas gerais e administrativas, em sua maioria referente a prestadores de serviços de consultorias financeiras e auditorias.

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;

Risco de moeda; e

Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valores a pagar	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 - 12 meses	Mais de 12 meses
Dividendos a pagar	10.325	10.325	-	10.325	-
Outras contas a pagar	28.380	28.380	-	-	28.380
	<u>38.705</u>	<u>38.705</u>	<u>-</u>	<u>10.325</u>	<u>28.380</u>

b. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de aplicações financeiras. A Companhia não possui tais aplicações em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente à administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia abaixo, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2023	2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Aplicações Financeiras	2.645	5
Dividendos a receber	6.846	5.678
Outras contas a receber	27.535	-
Outras contas a receber (longo prazo)	630	630
	<u>37.656</u>	<u>6.313</u>

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	6	
Dividendos a pagar	10.325	5.534
Outras contas a pagar	28.380	3
	<u>38.711</u>	<u>5.537</u>

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2023	2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.645	5
Dividendos a receber	6.846	5.678
Outras contas a receber	27.535	
Outras contas a receber	630	630
	<u>37.656</u>	<u>635</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	6	-
Dividendos a pagar	10.325	5.534
Outras contas a pagar	28.380	3
	<u>38.711</u>	<u>5.537</u>

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

De acordo com o processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, todos estão classificados no Nível 2.

13 Eventos subsequentes

Confome mencionado na nota 9, durante o exercício 2023, a Companhia iniciou as tratativas para venda de 16,40% de participação no Banco Luso do Brasil S.A. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, tal transação permanece sob revisão e aguarda a aprovação do BACEN - Banco Central do Brasil, para cumprimento das obrigações precedentes.
